

ANTÓNIO FARIA CARNEIRO PACHECO

Legislaturas: VI.

Data de nascimento

- 1887-11-14.

Localidade

- Santo Tirso / Porto.

Data da morte

- 1957-11-21.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra;
- Doutoramento em Direito pela Universidade de Coimbra.

Profissão

- Professor universitário;
- Político.

Carreira profissional

- Professor catedrático de Direito Civil (tinha 26 anos) da Universidade de Coimbra (1913);
- Professor da Faculdade de Direito de Lisboa (1922);
- Membro do Conselho Geral do Banco de Portugal (1922-1934);
- Vice-Reitor da Universidade de Lisboa (1931-1936).

Perfil político-ideológico

- Profundamente católico;
- Monárquico, fundou com amigos e colegas o Centro Monárquico Académico D. Manuel II (1908). Nessa altura manifestou publicamente a sua aversão ao pluripartidarismo;
- Em 1919 foi acusado pelo Ministro da Instrução Pública de «actos de hostilidade à República»;
- Sidonista.

Carreira político-administrativa

- Deputado sidonista, por Santo Tirso (1918);
- Membro das delegações enviadas a Genebra para negociarem o empréstimo externo (1927-1928);
- Vogal e depois Presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1934);
- Ministro da Instrução Pública. Mudou o nome para Ministério da Educação Nacional (1936-1940). Enquanto Ministro, criou a Mocidade Portuguesa (1936); a Obra das Mães pela Educação Nacional (1936); a Junta Nacional de Educação; o Instituto de Alta Cultura; a Academia Portuguesa de História e o Instituto Nacional de Educação Física;
- Embaixador extraordinário e plenipotenciário junto da Santa Sé (1940-1945);
- Embaixador em Madrid (1945-1953);
- Deputado à Assembleia Nacional (I e II Legislaturas);
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
VI	1.º Vice-Presidente da Mesa; Conselho da Presidência; XII – Interesses de ordem administrativa (<i>7.ª Subsecção – Relações internacionais</i>).

Pareceres subscritos/relatados [Total: 2]

VI Legislatura (1953-1957) [2]

- 11/VI – Protocolo Adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 15/VI – Acordo relativo à fronteira de Moçambique com a Niassalândia.